

Projeto de pesquisa:

O estatuto ontológico do relativo em Aristóteles

Proponente: Vivianne de Castilho Moreira

Resumo

A investigação aqui proposta tem por foco duas questões. Em primeiro lugar, pretende-se examinar as reflexões de Aristóteles a respeito da categoria do relativo, com vistas a melhor compreender de que maneira o estagirita teria concebido a especificidade ontológica do que ele entende como relativo. Em segundo lugar, trata-se de averiguar os desdobramentos lógicos daquelas concepções. Cumprirá examinar que conseqüências teriam as concepções de Aristóteles a respeito do estatuto ontológico dos relativos para a maneira como ele concebe e aborda as proposições veiculando predicções na categoria da relação.

Introdução

É bastante difundida a opinião de que o legado de Frege no âmbito da lógica, ao qual se acrescentariam contribuições de seus herdeiros, representa significativo avanço em relação à lógica tradicional, estruturada na doutrina silogística por Aristóteles exposta em seus *Primeiros Analíticos*¹. Um dos motivos a alimentar essa opinião encontra-se no tratamento formal que a lógica contemporânea viabiliza para as proposições relacionais, tratamento que envolve, evidentemente, a possibilidade de formalizar raciocínios envolvendo proposições relacionais, e estruturar cálculos cuja aplicabilidade a elas se estenda.

Ora, a lógica aristotélica parece restrita, em sua aplicabilidade, a proposições da forma $S \text{ é } P$. Tal forma, para estruturar proposições efetivas, requer não mais que um único quantificador, que tem por tarefa determinar o modo como a extensão do que nela comparece na posição de sujeito é referido à extensão do predicado. Daí obteríamos as quatro formas de proposições categóricas tradicionalmente designadas pelas letras A , E , I , O ², as quais esgotam os ingredientes das diversas formas silogísticas tais como estas são examinadas nos capítulos 4 a 6 dos *AnPr* I. Isso pareceria confirmar a suspeita de que toda a contribuição aristotélica no domínio da lógica estaria circunscrita aos raciocínios que se podem efetuar a partir daqueles quatro tipos de proposições, aí acrescentando o exame a

¹ Doravante: *AnPr*.

² Como sabemos, trata-se, respectivamente, das formas de proposições categóricas: universal afirmativa, universal negativa, particular afirmativa, e particular negativa.

que o estagirita se consagra de cada uma das formas silogísticas quando se leva em conta a modalidade das proposições envolvidas³.

Uma leitura mais atenta dos *AnPr* como um todo, porém, conduz-nos a suspeitar que essa opinião, se não chega a ser inverídica, não reflete a integralidade dos problemas por Aristóteles enfrentados em seus *AnPr*. De fato, uma inspeção mais atenta do conteúdo do manuscrito revela que as preocupações de Aristóteles estendem-se a problemas bem mais amplos, dentre os quais as proposições relacionais, bem como sua abordagem de um ponto de vista lógico. Examinar mais de perto esta questão, eis uma tarefa imposta pela investigação que aqui se propõe.

Justificativa

A convicção de que a lógica aristotélica estaria restrita, em seu escopo e aplicabilidade, às proposições da forma *S é P* deixa-se fortalecer pela caracterização que Aristóteles oferece de proposição logo no início de seu tratado, e pela subsequente divisão que ele efetua das formas proposicionais quanto à quantidade destas. Uma proposição, diz ele, é "um discurso que afirma ou nega algo de algo"⁴. Esta caracterização sugere que a forma proposicional em geral possui uma estrutura eminentemente predicativa (categórica): uma proposição consiste em uma atribuição de um certo algo (um predicado) a um certo outro algo (sujeito), atribuição que pode ser tomada seja afirmativamente, seja negativamente.

O modo como Aristóteles discute, na seqüência do texto, as formas proposicionais ergue a suspeita de que aquele "dizer algo de algo" pode envolver ou exprimir, aos olhos do estagirita, formulações bem mais complexas do que aquelas exibindo a forma categórica. Com efeito, uma vez caracterizada a proposição em geral, ele procede à divisão dos tipos desta consoante o que poderíamos considerar sua quantidade. E então nos apresenta três tipos, a saber, as universais, as particulares, e as indefinidas, que caracteriza da seguinte maneira:

"E isto⁵, [é] ou universal, ou particular, ou indefinido. Chamo *universal* o que pertence a todo ou a nenhum; particular o que pertence ou a algum ou não a algum ou não a todo; indefinido, o que pertence ou não pertence, sem o universal ou particular; por exemplo, *dos contrários é a mesma a ciência ou o prazer não é bem*"⁶.

³ Aristóteles se dedica a isso nos capítulos 8 a 22 dos *AnPr* I.

⁴ "Provtaſi" meVn ou ^n e*ſtiV lovgo" katafatikoV" h# a*pofatikov" tino" katav tino"" (24a16-17).

⁵ A saber, a proposição.

⁶ 24a17-20.

Uma leitura preliminar da passagem parece confirmar as suspeitas iniciais. Afinal, nela não se considera as especificidades das proposições singulares⁷, nem aquelas que dizem respeito a proposições envolvendo mais de um quantificador. Ao contrário, Aristóteles parece introduzir um outro tipo de proposições, a saber, as indefinidas, que ele caracteriza por um mero procedimento de exclusão: nelas, a pertinência do predicado ao sujeito não é determinada nem universal nem particularmente.

Não é raro se considerar as proposições indefinidas de Aristóteles como o que, na terminologia contemporânea, se designaria como casos de fórmulas abertas, ou ao menos algo similar a estas. As proposições indefinidas se comparariam àqueles enunciados vagos, comuns na linguagem ordinária, tais como "as mulheres são seres de cabelos longos e idéias curtas", os quais requeririam uma maior precisão em sua formulação para poderem compor raciocínios rigorosos ou figurar como premissas em um silogismo.

Essa convicção se fortalece pelo tratamento que tradicionalmente se dá às proposições indefinidas, a saber, como proposições particulares⁸. Esse tratamento encontra-se estimulado pelas próprias palavras de Aristóteles. Ele de fato chega a afirmar que, na estrutura silogística, às proposições indefinidas pode ser dado, ao menos quando se trata de proposições afirmativas, tratamento homogêneo àquele adequado às particulares⁹. Seria, contudo, apressado concluir daí ser correta a descrição acima apresentada da natureza das proposições indefinidas. Longe de se reduzirem a asserções imprecisas da linguagem ordinária, as quais se corrigiriam em uma formulação rigorosa, deixando-se reduzir formalmente a proposições quantificadas, as proposições indefinidas constituem, aos olhos do estagirita, tipos logicamente específicos de proposições, como tais, formalmente irreduzíveis aos demais, e que, em virtude disso, devem ser tratados, do ponto de vista lógico, como constituindo uma espécie à parte.

Isso se confirma por um exame mais atento dos *AnPr* como um todo, exame que pode ser iniciado já com a consideração dos dois exemplos de que Aristóteles se serve para ilustrar as proposições indefinidas mencionados na passagem citada anteriormente. Trata-se das proposições "*o prazer não é bem*" e "*dos contrários é a mesma a ciência*". O primeiro exemplo é retomado por Aristóteles em *AnPr* I, 40, com uma única diferença que, então, a

⁷ Deixo de lado aqui essa questão, visto não concernir diretamente ao o que presentemente importa examinar. Para uma discussão a respeito, ver J. Lukasiewicz (1957), I, §3; e Pätzig, G. (1963), I, 3.

⁸ Apenas a título de ilustração, lembremos o que afirma Alexandre de Afrodísias em seu comentário a *AnPr*, 29a27-29: "Já foi dito por nós sobre as proposições indefinidas que elas são equivalentes às particulares. Pois, mesmo se elas por vezes se ajustem também às universais, não são, contudo, equivalentes a estas. Pois, se uma indefinida é verdadeira, nem sempre <pavntw"> a universal verdadeira, mas a particular é sempre verdadeira. Assim como, inversamente, se a particular é verdadeira, a indefinida também o é. De sorte que, visto que, quando assumida, a indefinida é capaz de equivaler a uma particular, ela produzirá o mesmo silogismo que esta produziria uma vez posta" (111.30 – 112.2).

⁹ "É evidente também que a substituição de uma indefinida no lugar de uma particular afirmativa produzirá o mesmo silogismo em todas as figuras" (29a27-29).

proposição aparece em uma formulação afirmativa¹⁰. O que agora interessa a ele diz respeito ao modo como se deve interpretar a proposição indefinida, isto é, de que modo se devem determinar suas condições de verdade. Isto – afirma ele – porque é distinto afirmar "*o prazer é bem*" e "*o prazer é o bem*".

Vemos que a saída aristotélica para delimitar as condições de cada uma das proposições acima não consiste em introduzir um quantificador em cada qual. Para assegurar a diferença entre as significações de uma e de outra - e, na esteira desta, entre suas respectivas condições de verdade – basta, aos olhos do estagirita, explicitar o modo como o predicado da proposição está determinado: se ele é precedido do artigo definido, então, pode-se afirmar, que o que a proposição veicula é uma identidade entre os termos "prazer" e "bem". Se, ao contrário, o termo-predicado não é determinado por um artigo, então o que se afirma é meramente que ele (o predicado "bem") pertence a "prazer".

As razões para uma tal abordagem por parte do estagirita parecem suficientemente manifestas: sua discussão aqui tem por foco o caso de proposições que veiculam relações intensionais entre termos, e não relações entre suas extensões. Podemos afirmar que, no exemplo em discussão, Aristóteles está às voltas com proposições em que os termos sujeito e predicado são mencionados, e não, usados¹¹. Isso admitido, resulta natural que a proposição não encerre em sua formulação nenhuma indicação relativa à quantificação, e que, por conseguinte, seja indefinida com respeito à quantidade. De fato, o modo como ela relaciona os termos que a constituem não tem nenhum caráter extensional. Eis o que basta para explicar que Aristóteles a tenha avaliado uma forma proposicional específica, irreduzível, seja à universal, seja à particular.

É um caso bem diferente aquele do segundo exemplo. Afinal, "dos contrários é a mesma a ciência" é indiscutivelmente um exemplo de proposição relacional. Como no caso anterior, não se trata de uma proposição vaga da linguagem ordinária, mas de uma proposição que veicula um conteúdo preciso, e que não parece encerrar nenhuma ambigüidade quanto ao modo como as extensões dos termos nela articulados se relacionam. Explicitando o conteúdo da proposição, poderíamos afirmar que nela se veicula algo que se deixa descrever da seguinte maneira: para todo par de contrários x , y , e para

¹⁰ Esta pequena diferença é irrelevante para a presente discussão, visto que a indefinição da proposição diz respeito à sua quantidade, e não, à sua qualidade.

¹¹ Alexandre de Afrodísias conquanto dê uma interpretação diferente da proposta aqui, compartilha a mesma convicção quanto à natureza do problema. Com efeito, não obstante ele considere que "*o prazer é bem*" veicula uma relação extensional simples, na qual se afirma que "prazer" integra a extensão de "bem", ele revela concordar que, na proposição "*o prazer é o bem*", os termos "prazer" e "bem" encontram-se mencionados, e não, usados. De acordo com ele, Aristóteles estaria salientando que, no caso de "*o prazer é o bem*", "tem-se em vista o que a expressão significa, e não, a própria expressão (...), e se prazer é assumido ser o bem, se tomaria 'prazer' e 'o bem' como termos, mas, se prazer é simplesmente assumido ser bem, se tomaria 'prazer' e 'bem'" (374, 4-12).

toda ciência z , se z é ciência de x , então z também é ciência de y ; e para todo w , se w é ciência de x ou de y , então w é idêntico a z ¹².

A formulação deixa claro que, para ter explicitada sua quantidade, a proposição requer uma multiplicidade de quantificadores. Diferentemente do exemplo anterior, em que a indefinição repousava em que a significação da proposição excluía sua quantificação, aqui a formulação rigorosa exige que os termos na proposição sejam quantificados. Seu tratamento lógico deve requerer, igualmente, a explicitação do modo como cada um dos termos nela é quantificado¹³.

Diante desta constatação, cumpre perguntar: tendo divisado a especificidade das proposições relacionais, por que Aristóteles as teria negligenciado na estruturação de sua teoria silogística? Ainda que adotemos a hipótese de que, para elas, ele presumiria valer o mesmo tratamento silogístico que dava às proposições singulares, isso não nos dispensaria da tarefa de averiguar se e de que maneira ele estimaria viável, nos silogismos efetivos, ajustar proposições envolvendo quantificação múltipla¹⁴ ao comportamento das proposições particulares. Não pretendo aqui oferecer uma resposta a essas questões, até porque isso deve ser feito posteriormente à investigação que pretendo realizar. Limito-me a discutir alguns aspectos do problema com vistas a oferecer indicações sobre os passos a serem

¹² Entre os estudiosos, é bastante discutida a questão se Aristóteles teria divisado outras relações além das binárias, ou se, ao contrário, ele teria concebido os relativos como itens que não teriam senão um correlativo. Conquanto não convenha abordar o problema aqui, é mister assinalar que, como quer que seja, ele parece ter acreditado que uma proposição relacional poderia apresentar-se gramaticalmente como uma predicação, a um certo sujeito, de um certo termo em posição predicativa. Deste ponto de vista, a relação predicativa se apresentaria sempre vinculando dois termos entre si. Por outro lado, isso não parece ter impedido Aristóteles de enfrentar proposições encerrando nexos bem mais complexos do que meramente uma só relação binária entre variáveis individuais, devidamente quantificadas. Ao contrário, ele parece ter ao menos divisado a possibilidade de que uma relação tomasse por argumento o que já em si possui um caráter relacional. Como observamos no exemplo, o que se apresenta como sujeito na proposição é, ele próprio, constituído por uma relação. Assim, uma proposição relacional como "é uma a ciência dos contrários", do ponto de vista de sua construção, ou da determinação de suas condições de verdade, encerra uma outra, a saber, aquela em se predicaria de um certo item um predicado relacional como "é contrário" ou "é contrário de A ". Esta última proposição fundaria, assim, a atribuição ao par de contrários do nome "contrário", forjando algo que se habilita a comparecer como termo em uma proposição que, ao menos em sua forma gramatical, apresenta-se ajustada à estrutura predicativa.

¹³ A propósito, convém notar que Aristóteles não estima que esses termos não estejam determinadamente quantificados. Ao retomar a mesma proposição em *AnPr* II 26, agora examinando as condições em que pode ser objetada, ele revela-se considerar cada um dos termos como determinado quanto à quantificação. E, ao contrário do que poderia presumir quem estimasse que, de acordo com o estagirita, uma proposição indefinida deveria ser tratada como particular, Aristóteles dá a ela o tratamento de uma proposição universal, sustentando que sua negação se obtém seja através de uma proposição particular, tal como " *de alguns contrários* – a saber, os opostos – *não é uma só a ciência*", seja através de uma proposição singular como " *do par de contrários 'conhecido-desconhecido' não é uma só a ciência* " (Ver 69b5-19).

¹⁴ Evidentemente, nem todas as proposições relacionais envolvem quantificação múltipla, já que as singulares, tais como, por exemplo, "Salomão é pai de Davi", não são quantificadas. Visto, no entanto, que termos singulares não são levados em consideração na silogística aristotélica, o problema do tratamento formal das proposições relacionais por Aristóteles resulta o mesmo que o problema do tratamento por ele de proposições de quantificação múltipla.

efetuados a fim de que estas, bem como outras dificuldades, possam ser adequadamente dilucidadas.

Em primeiro lugar, cumpre assinalar que dificilmente Aristóteles teria julgado satisfatório meramente aplicar as regras silogísticas válidas para as proposições particulares a indefinidas tais como aquela concernente ao exemplo ora em discussão. Isto porque, nestas últimas, afirma ele, a dificuldade repousa no modo como o verbo articula os termos na proposição. No capítulo em que retoma a dificuldade relativa a proposições tais como a do exemplo acima, ele pondera que, nelas, o verbo não deve ser entendido na acepção que assegura a validade dos silogismo estruturados em *AnPr* I 4-6, com a transferência direta da predicação do termo maior ao menor na conclusão através do termo médio¹⁵. Diz ele:

"Pois seja *A* 'é uma única ciência', e *B*, 'os contrários entre si'. *A* pertence a *B*, não como 'os contrários são uma única ciência [deles], mas que é verdadeiro dizer deles que a ciência deles é uma única"¹⁶.

E o capítulo seguinte é inteiramente dedicado a reiterar aquela tese:

"O pertencer isto a isto e o ser verdadeiro isto disto deve ser assumido de tantas maneiras quantas se distinguem as categorias, e estas, seja de uma certa forma, seja em sentido absoluto, e ainda, seja simplesmente, seja em combinação. Da mesma maneira, o não pertencer. É preciso investigar e distinguir isso melhor"¹⁷.

Seria no mínimo discutível que o intento de Aristóteles aqui seja meramente alertar para que se tenha o cuidado, previamente à formulação de um silogismo, de examinar se, nas proposições dadas, o verbo "pertencer" se emprega em uma acepção adequada, ou se, ao contrário, tais proposições não se ajustam às condições formais para integrar raciocínios. Afinal, se tal fosse a intenção do estagirita, seria forçoso concluir que, não obstante ele tivesse reconhecido as limitações de sua lógica, ainda assim teria se furtado à tarefa de emendá-la. Mas a dificuldade não se resume nisso. De fato, tal sugestão não resiste a uma leitura mais atenta dos *AnPr*, notadamente dos capítulos 33 a 40 do Livro I. O que então se observa é, antes, o empenho de Aristóteles em enfrentar, com amparo dos expedientes que sua teoria lhe proporciona, problemas que contemporaneamente nos são bem familiares, tais como aqueles dos contextos intensionais¹⁸, das proposições relacionais, ou da diferença

¹⁵ "O *pertencer* o primeiro ao médio, e este ao extremo, não deve assumir que eles sempre sejam predicados um do outro, nem <h#> que o primeiro do médio, e o médio do extremo, [sejam predicados sempre] de maneira semelhante. E o mesmo [vale] para o *não pertencer*. Mas de tantas maneiras quantas o ser é dito e o dizer verdadeiro isto, também é preciso presumir significar também o *pertencer*" (*AnPost* I, 36 - 48a40-b4).

¹⁶ *AnPr* I, 36 - 48b5-9. Como no caso anterior, há uma sutil alteração no exemplo que não compromete o que está em discussão. A proposição apresentada é "*dos contrários é uma única a ciência*" <tw~n e*nantivwn e!sti miva e*pisthvmh>.

¹⁷ *AnPr* I, 37 - 49a6-10.

¹⁸ A respeito, ver *AnPr* I, 33.

entre uso e menção¹⁹. No caso específico em discussão aqui, parece no mínimo sensato sugerir que, antes que sumariamente excluir as proposições relacionais do escopo de sua lógica, Aristóteles pretenderia oferecer ao menos uma pista relativamente à maneira como, no caso delas, a articulação dos termos expressa pelo verbo "pertencer" pode ser abordada consoante a estrutura silogística. Mesmo deixando apenas a promessa quanto a uma investigação mais detalhada do problema, como lemos na afirmação que encerra *AnPr I*, 37, ele não parece duvidar que essa investigação pode ser pautada pelas diretrizes estabelecidas no seu tratado de lógica. Essa afirmação não está, evidentemente, livre de controvérsia, e merece, ela própria, uma justificação adequada. Se, contudo, ela puder ser admitida ao menos a título de hipótese plausível, podemos assumi-la aqui, deixando aquela justificação para a ocasião adequada, e passar às questões que nos cumpre mais imediatamente abordar.

É sensato suspeitar que a correspondência biunívoca – se a podemos designar assim – entre as acepções do verbo "pertencer" e as categorias do ser não é por acaso. Poderíamos afirmar que, aos olhos de Aristóteles, o verbo "pertencer" reproduziria a homonímia do ser em virtude da equivalência perfeita que ele sustenta vigente entre o que é e o verdadeiro²⁰. Assumindo que a esfera do discurso e do pensamento pode ser admitida formalmente homogênea àquela que constitui a natureza do que, de alguma maneira, é, então, na medida em que o verbo "pertencer" se emprega na silogística para exprimir aquilo que, na linguagem, é passível de ser verdadeiro, é forçoso também assumir que aquele verbo deverá poder ter tantas acepções quantas são aquelas em que se pode pensar ou dizer que algo é.

Deste ponto de vista, resulta sensato admitir que uma abordagem do modo como Aristóteles lida com as proposições relacionais no âmbito de sua lógica não nos dispensa da tarefa prévia de examinar qual a natureza daqueles itens que verificam as proposições relacionais de acordo com ele. Dito de outro modo, a compreensão da acepção que o verbo "pertencer" deve assumir, quando a predicação que exprime tem um caráter relacional, requer a compreensão prévia da maneira como Aristóteles compreendeu a natureza daquilo que, na realidade, na esfera do que é, assegura as condições de verdade da proposição correspondente. Em resumo, a compreensão da maneira como, do ponto de vista formal, se

¹⁹ Lembremos o já discutido anteriormente sobre o primeiro exemplo de proposição indefinida dado por Aristóteles.

²⁰ Lembremos que é fundamentalmente nesta tese que tem raiz o problema por Aristóteles enfrentado no célebre capítulo 9 do tratado *Da Interpretação*: dada a equivalência entre o ser e o verdadeiro, bem como o que dela parece ser um desdobramento, a saber, o princípio da bivalência, pareceria seguir-se que o futuro está absolutamente determinado quanto a seu ser. Nas *Categorias*, Aristóteles apresenta a tese da correspondência entre o ser e o verdadeiro recorrendo ao seguinte exemplo: "se homem existe, o discurso pelo qual dizemos que homem existe é verdadeiro. E reciprocamente, pois, se é verdadeiro o discurso pelo qual dizemos que homem existe, homem existe" (14b15-18).

deve tratar as proposições relacionais em Aristóteles requer um exame prévio do estatuto ontológico daquilo que é por ele designado "relativo" <proV" ti>.

Ao relativo é reservada, por Aristóteles, uma categoria específica. E a ela são dedicados os capítulos 7 do opúsculo *Categorias*, bem como o capítulo 15 de *Metafísica D*. Conquanto certas diferenças devam ser assinaladas entre os dois escritos, deixemos para ocasião oportuna o exame dessas diferenças. E deixemos para essa ocasião também a discussão a respeito da questão se aquelas diferenças bastariam para corroborar a suspeita quanto à autenticidade das *Categorias*²¹, ou se, ao contrário, elas são conciliáveis à luz de uma abordagem mais ampla da integralidade do pensamento aristotélico. De fato, esta resulta ser apenas uma dentre as várias dificuldades que um exame da natureza dos relativos suscita. Afinal, mesmo teses encontradas nas *Categorias* que, aparentemente ao menos, são preservadas na *Metafísica* já suscitam dificuldades que devem ser levadas em conta na investigação proposta aqui. Dentre essas dificuldades, limito-me a considerar uma apenas, que, por seus desdobramentos, se afigura bastante para permitir divisar a dimensão que o problema aqui proposto pode alcançar. Refiro-me à tese que, nas *Categorias*, é enunciada com as seguintes palavras: "todos os relativos são ditos em relação a recíprocos <proV" a*ntistrevfonta>"²². Para o estagirita, isso significa que, se um certo *A* é dito possuir um certo predicado *B* com relação a algo *C*, então segue-se, inversamente, que a *C* deve ser atribuído um certo predicado *D* qualquer, o qual se atribui a *C* com relação a *A*. Dito de outro modo, se algo é dito manter uma certa relação *R* com algo qualquer, então este último deve ser dito também manter uma certa relação, digamos *R'*, com aquele primeiro. Para ilustrar sua tese, Aristóteles nos oferece o seguinte exemplo:

"... o escravo é dito escravo do senhor, e o senhor, senhor do escravo; e o dobro, dobro da metade, e a metade, metade do dobro; e o maior, maior que o menor, e o menor, menor que o maior; e do mesmo modo a respeito dos outros"²³.

Os exemplos deixam suficientemente manifesto o que Aristóteles pretende salientar ao sustentar uma "reciprocidade" entre os relativos. Para ele, um relativo é tal que precisamente o que ele é requer que algum outro item, de algum modo dele distinto, também seja um relativo, e o relativo que é, e reciprocamente: o fato deste último ser o relativo que é acarreta aquilo que precisamente é o ser do primeiro tal como ele é. Assim, entendamos aqui por "reciprocidade" precisamente isto: a característica dos relativos de

²¹ Ver a respeito Mansion, S. *La doctrine aristotélicienne de la substance et le Traité des Catégories*.

²² 6b28-30.

²³ 6b29-33.

serem tais que o fato de um relativo *A* ser precisamente *A* enquanto ele o é em relação a um relativo *B* equivale a *B* ser precisamente *B* em relação a *A*²⁴.

Esta reciprocidade é a tal ponto por Aristóteles estimada intrínseca à natureza dos relativos que será ela a desempenhar um papel determinante como fio condutor para o que ele aprovará como a caracterização satisfatória de relativo. Com efeito, será a ausência de reciprocidade constatada em certos itens ditos relativos – quais sejam, as partes das *ousiai*²⁵ segundas - que, por um lado, imporá a necessidade de uma caracterização mais adequada e precisa de relativo²⁶, e, por outro, na esteira dela, fornecerá o critério a partir do qual se poderá discriminar e identificar um relativo.

Aristóteles expõe a caracterização rigorosa de relativo afirmando que "são relativos aqueles para os quais ser é o mesmo que ser em relação a algo de alguma maneira"²⁷. "Relativo", então, não seria somente aquilo que pode ser descrito na linguagem comum como sendo em relação a algo, mas aquilo que, quanto ao que realmente é, o é em relação a algo. O que se apresenta relativo apenas em aparência, e em conseqüência de peculiaridades do discurso²⁸, deixa-se denunciar como tal por seu confronto com a caracterização mais precisa de relativo. E o critério para esse confronto consiste em averiguar a vigência de alguma reciprocidade que o pretenso relativo manteria com aquilo que presumidamente lhe seria o recíproco na relação: a ausência de uma tal reciprocidade basta para denunciar o caráter meramente aparente do pretenso relativo. Tal é o caso das partes das "*ousiai*" segundas. Se se pode definir cada qual dessas partes como parte *de* uma certa *ousia*, o mesmo não ocorre com a própria *ousia*, que não pode ser definida como sendo, de algum modo, em relação àquela parte²⁹.

²⁴ Essa caracterização de relativo é apresentada de maneira propositalmente neutra, com vistas a evitar uma discussão que deverá ser retomada na investigação aqui proposta, mas não deve nos ocupar por ora. Trata-se da polêmica se Aristóteles conceberia os relativos como entidades efetivas cuja realidade e natureza consistiria em serem relativas, ou se relativos seriam meramente os predicados que a elas se atribuem são tais. Ver a respeito MIGNUCCI, M. (1986), 1; e HOOD, P. (1984), Cap. 4.

²⁵ Mantenho aqui o termo grego transliterado para evitar uma discussão sobre uma adequada tradução do termo, a qual seria completamente inadequada no presente contexto.

²⁶ Ver *Categorias*, 8a13-35.

²⁷ 8a31-32.

²⁸ Claro que não é evidente que o caso em questão ilustre uma mera imprecisão da linguagem ordinária, devendo ser investigado se, em uma formulação rigorosa, o que é dito relativo mas carente de reciprocidade na relação poderia ser descrito de outra forma. Mas esta questão não deve nos ocupar por ora.

²⁹ Assim, para ilustrarmos com exemplos de Aristóteles, ainda que, na definição de cabeça deva comparecer algo como "animal", como aquilo precisamente *de que* a cabeça é enquanto ela é uma cabeça, não obstante, a definição do termo "animal" não envolve algo como "cabeça" como sendo aquilo *de que* animal de alguma maneira é enquanto ele é animal.

Temos aqui talvez uma chave para compreender como Aristóteles poderia responder à dificuldade com que C. Shields (2003) se defronta, a saber, para expô-la sucintamente: sendo as *formas* sempre *formas de* algo, seriam aquelas *eo ipso* relativos? Parece sensato sugerir que, visto que seus pretensos recíprocos, a saber, os compostos, não serem relativos em abosoluto, segue-se que tampouco as formas, enquanto tais, poderiam sê-lo.

Aristóteles refere-se àquele critério de discriminação dos relativos pelo termo "saber determinadamente" <w&rismevnw" ei*devnai>³⁰, considerando que, se alguém souber determinadamente de algo que ele um relativo, também saberá determinadamente de que relativo ele é dito ser relativo³¹. Ora, o critério falha em sua aplicabilidade às partes das *ousiai* segundas, já que, conquanto cada uma dessas encerre em sua definição a relação a algo, não obstante, dessa definição não se haure aquela do pretense relativo recíproco da dita parte na relação. E não se haure precisamente porque não há um tal relativo, já que aquilo por remissão a que as partes das *ousiai* segundas são definidas são as respectivas *ousiai*, que, sendo tais, não pertencem à categoria dos relativos. Conseqüentemente, o conhecimento determinado do que é uma parte de uma *ousia* segunda não assegura o conhecimento determinado do relativo a ela recíproco enquanto ela é tal parte, visto não haver nenhum tal relativo para ser conhecido. Sendo assim, isto é, não havendo reciprocidade na relação, não apenas aquilo de que algo é dito relativo, mas este próprio algo dito relativo, se revela como não sendo efetivamente tal.

Os desdobramentos da reciprocidade intrínseca aos relativos não se resumem nas conclusões acima. Aquela reciprocidade também fornecerá os parâmetros a partir dos quais se poderá aquilatar, por assim dizer, o grau do ser que portam os relativos aos olhos de Aristóteles. E aí, o que notamos é esse grau não lhes garante uma posição invejável na hierarquia do ser. Com efeito, como já deve estar manifesto pelo dito anteriormente, os relativos mantêm entre si uma tal relação de dependência no que eles precisamente são que, conquanto os recíprocos entre si devam, em certa medida, ser considerados distintos um do outro, são, não obstante, interdependentes. Isso quer dizer que um relativo, em seu ser enquanto relativo, o é na medida em que seu recíproco é tal, mas ele é também, conjuntamente, condição para que o segundo seja o que é (seu recíproco). Aristóteles a esta característica se referiu considerando que os relativos são conjuntos por natureza³².

³⁰ M. Mignucci (1984), 3, examina com mais vagar a expressão "conhecimento determinado" nessa passagem das *Categorias*. Deixemos para ocasião adequada essa discussão, permitindo-nos apenas assumir que um conhecimento determinado deve ser minimamente adequado para, de algum modo, envolver a posse, pelo conhecedor, da definição do conhecido.

³¹ 8a36-37. A interpretação aqui oferecida para a passagem não é unanimemente compartilhada pelos intérpretes, e, na verdade, o que acima considerei um critério para discriminação dos relativos tem sido tema de amplo debate entre os estudiosos. O exame das várias questões que se tem erguido sobre o assunto, no entanto, nos desviaria do nosso foco, e deve ser uma tarefa a relizar-se quando da execução da pesquisa aqui proposta. Para uma discussão a respeito, ver Ackrill (2002), pp. 101-103. Hood (2004), Cap. 2.; Morales (1984), III; Mignucci (1986), 3.

³² Ele abre uma exceção para certos tipos de relativos, quais sejam, os ordinariamente denominados "relativos intensionais" (Ver Caujolle-Zaslowsky, 1980, p. 191), tais como o conhecimento com respeito ao cognoscível, a percepção com respeito ao perceptível, etc. No caso de pares deste tipo, conquanto mantenham a reciprocidade intrínseca aos relativos em geral, ela se apresenta, por assim dizer, desequilibrada. Com efeito, no caso dos pares tais como os citados acima, no que tange às definições de cada membro do par, ocorre que apenas um deles, e não ambos, é definível por remissão ao seu correlativo. Inversamente, aquele dentre os correlativos entre si que não se deixa definir por remissão a seu correlativo tem sua existência determinada por remissão à existência do seu correlativo, mas não o contrário. Assim sendo, o que há é uma dependência de apenas um em

Ora, não é evidente que, aos olhos dele, o ser de um certo algo, distinto de algo outro, seja ao mesmo tempo dependente e fundamento para o ser deste último. Afinal, justamente a impossibilidade disso parece ser um pressuposto a desempenhar um papel crucial na argumentação aristotélica em favor da necessidade de se supor as substâncias primeiras como um ser último, cujo ser não dependesse mais do ser de algo outro, e de cujo ser, *eo ipso*, dependeria, em alguma medida, o ser de tudo o mais que é. Se o ser de algo pudesse ser, conjuntamente, fundamento e fundado no ser de um mesmo algo outro, então nenhuma necessidade haveria de um ser primeiro que não fosse, ele próprio, fundado em mais nada³³.

Uma saída para esta dependência recíproca do ser dos relativos poderia ser tentada sob a hipótese de que relativos recíprocos entre si, antes que guardarem uma dependência recíproca quanto ao ser, teriam, um e outro, seu ser efetivamente dependente ou redutível ao ser de um terceiro e mesmo item, este já não mais pertencente à categoria do relativo. Que tal hipótese é no mínimo plausível é o que assegura uma passagem que lemos em *Metafísica N*, na qual lemos:

"Já o relativo, é, de todas as categorias, uma ínfima <h@kista> natureza ou essência, e posterior à qualidade e à quantidade. E o relativo é uma afecção do quanto, como já foi dito, mas não uma matéria, já que <ei!> algo outro é para o relativo em geral e para as partes e formas dele. Pois nada é nem grande nem pequeno, nem muito nem pouco, nem relativo em geral, que não o seja - muito ou pouco, grande ou pequeno, ou relativo - de algo outro. Um indício de que o relativo é uma essência e ente ínfimo <h@kista> é que, do relativo sozinho, não há geração nem destruição nem movimento como é o aumento e a diminuição quanto à quantidade, a alteração quanto à quantidade, o movimento quanto ao espaço, a geração e a destruição quanto à essência em sentido absoluto – mas [assim] não [se dá] quanto ao relativo. Pois, um outro movendo-se quanto à quantidade, [o relativo], sem mover-se, será, seja maior, seja menor, seja igual"³⁴.

relação ao outro quanto à definição, por um lado, e a dependência apenas deste último com relação ao primeiro quanto à existência, por outro. Para ilustrá-lo, tomemos por exemplo o que Aristóteles chega a situar dentre os "maximamente relativos", a saber, o conhecimento científico (247b1-2). De acordo com ele, "cognoscível" é definível por sua remissão ao que é dele conhecimento, mas não o inverso: o conhecimento não pode ser definido por remissão àquilo de que é conhecimento, pois, se assim fosse, "o mesmo seria dito duas vezes" (1021a32-33). Por outro lado, o cognoscível tem sua existência independente de que exista dele um conhecimento, mas não o inverso: para que um conhecimento se dê, é preciso que exista o cognoscível de que ele é conhecimento (7b25-8a12) (Para uma discussão a respeito, ver Zingano, M., 1998, *Alteração sensitiva e aperfeiçoamento intelectual*). A reciprocidade dos relativos fica, assim, preservada, mas desmembra-se na maneira dupla como o ser de um se refere ao ser do outro. Para uma discussão sobre esse caráter excepcional de tais tipos de relativos, ver Caujolle Zaslowsky, F. (1980) e Morales, F. (1994), IV.

³³ Em *Metafísica* IV, 4, no contexto da discussão que conduzirá à necessidade de se distinguir entre *ousía* e acidente, Aristóteles argumenta que, se toda predicação fosse acidental, isto é, de tal maneira que o predicado não pudesse transferir sua definição ao sujeito da proposição, então a predicação iria ao infinito, comprometendo as condições de significatividade da linguagem (1007a7-b18. Ver a respeito Angioni, L, 1999).

³⁴ 1088a22-35.

Atentemo-nos ao que Aristóteles apresenta como um indício de que o relativo é um "ente ínfimo", e tentemos compreendê-lo a partir de um exemplo. Sejam dois objetos *A* e *B*, com grandezas equivalentes a, respectivamente, "*x*" e "*x + 1*". Pode-se afirmar daqueles objetos duas predicções na categoria da quantidade, quais sejam, "*A é de grandeza x*" e "*B é de grandeza x+1*"; e, com base nessas duas afirmações, também se pode inferir duas outras: "*A é menor que B*" e "*B é maior que A*". Ora, suponhamos que a grandeza de *A* seja incrementada em 2, passando a corresponder, portanto, a "*x+2*". Evidentemente será preciso alterar o valor de verdade concedido às proposições relacionais veiculadas acima, já que doravante se tornarão verdadeiras duas outras com elas incompatíveis, a saber, "*A é maior que B*" e "*B é menor que A*". Vemos aí que as alterações dos valores de verdade nas proposições relacionais em discussão resultaram exclusivamente de uma alteração *quantitativa* em um único dos itens relacionados. Isso significa que, *além* da alteração da *quantidade* de *A*, nada veio a ser ou deixou de ser ao qual correspondesse o tornar-se maior para *A* ou ao tornar-se menor para *B*. O vir a ser ou deixar de ser que determina os valores de verdade das proposições relacionais envolvidas se esgotou, portanto, em um vir a ser em *A* de algo que lhe pertence consoante uma categoria *outra* que não aquela de relativo, a saber, a da quantidade. Isto é, nada, no domínio do ser, que, enquanto tal, fosse propriamente o relativo, e, nesta medida, irreduzível à quantidade de *A*, contribuiu para a alteração dos valores de verdade das proposições relacionais em discussão. Donde seria forçoso perguntar: que ser é este que precisamente o que é reduz-se exhaustivamente a um outro ser distinto? Ao que Aristóteles não hesita em responder: um ser "ínfimo".

Temos então assegurada a plausibilidade da hipótese anteriormente erguida: relativos são tais que seu vir a ser ou o deixar de ser pode reduzir-se completamente ao vir a ser ou deixar de ser algo pertinente a uma categoria distinta da sua. Ainda que se possa suspeitar que essa regra não se observa em todos os tipos de relativos³⁵, Aristóteles a estimou suficiente para permitir-se estender a todos os relativos enquanto tais a avaliação de que se trata de seres "ínfimos".

Talvez nisso esteja a chave para o que pode se configurar ao menos uma segunda hipótese a ser testada na investigação aqui proposta: se, aos olhos de Aristóteles, as conclusões a que o exame do exemplo acima nos conduziram se estendem a todos os relativos na medida em que são tais, parece ao menos sensato sugerir que o ser dos relativos seria por ele avaliado a tal ponto negligenciável enquanto tal que as proposições cujas condições de verificabilidade se esgotassem em atributos relativos não mereceriam uma abordagem detalhada. Dada a exata correspondência entre o ser e o verdadeiro, assim como os relativos teriam seu ser, bem como seu vir a ser, exhaustivamente fundados no ser de atributos concernentes a outras categorias, assim também as proposições que exprimem

³⁵ Trata-se aqui de uma questão a se examinar.

atributos relativos forçosamente teriam suas condições de verdade exaustivamente fundadas em condições de verdade de proposições veiculando predicções em outras categorias, tal como o exemplo anteriormente examinado parece permitir assumir. De tal forma que uma adequada explicitação do que seria preciso se dar em outras categorias para que um certo atributo relativo pudesse ser predicado de um certo sujeito forneceria as bases ontológicas para se determinar que proposições da forma "*S é P*", nas quais o verbo de ligação preserva a propriedade da transitividade que assegura os raciocínios válidos na teoria silogística, encerrariam as condições necessárias e suficientes para assegurar o valor de verdade da proposição relacional veiculando a atribuição daquele predicado relativo aos respectivos termos.

Esta hipótese merece, evidentemente, ser testada com rigor, tanto com respeito à plausibilidade do seu conteúdo quanto com respeito à sua compatibilidade com a doutrina aristotélica das categorias como um todo. Mas, se ela é minimamente pertinente, por si já basta para justificar a relevância da investigação que aqui se propõe. Além disso, vale notar que, conquanto corresponda a uma categoria do ser em Aristóteles, o relativo não tem merecido dos estudiosos a mesma atenção que outros temas sobre os quais é vasta a literatura secundária dedicada a temas aristotélicos. Assim, a despeito de sua relevância no interior da teoria aristotélica como um todo, trata-se de uma noção ainda cercada de bastante obscuridade – o que se reflete nas discussões recentes a respeito do estatuto dos relativos em Aristóteles. Isso apenas basta para justificar que se tome o tema por objeto de uma investigação mais aprofundada.

Objetivos

Os objetivos almejados com a presente investigação podem ser divididos em dois tópicos. Em primeiro lugar, será preciso examinar o que compreende Aristóteles como sendo relativo; trata-se aí de investigar do estatuto ontológico dos relativos de acordo com ele. Em segundo lugar, com base nas conclusões obtidas, serão retomadas as questões discutidas inicialmente aqui. Cumprirá então averiguar as conseqüências das convicções do estagirita a respeito da natureza ontológica dos relativos para a sua lógica, de sorte a se poder melhor compreender a maneira como ele teria tratado a especificidade lógica das proposições relacionais.

Plano de atividades

1) Levantamento e análise do material bibliográfico necessário. Nisto consistirá a maior parte da investigação, devendo durar cinco (05) meses: de abril a agosto.

2) Estruturação dos resultados obtidos. A esta parte serão dedicados os três (03) meses restantes. Pretende-se que os resultados sejam apresentados publicamente, seja desmembrados em artigos em revistas especializadas, seja reunidos em formato de livro.

Metodologia

Em se tratando de uma disciplina de natureza eminentemente teórica, a metodologia empregada consistirá em consulta bibliográfica. Será preciso examinar os manuscritos do autor investigado relativos ao tema em questão, bem como os estudos já existentes, de comentadores e especialistas, a respeito do assunto.

Bibliografia

Textos de Aristóteles:

ACKRILL, J. L. *Aristotle's Categories and De Interpretatione*. Clarendon Press, Oxford, 2002.

ANNAS, J. *Aristotle's Metaphysics – Books M, and N*. Clarendon Press, Oxford, 2003.

BEKKER, I. *Aristotelis opera.*, Vols. I-II. Walter de Gruyter, a cura de Gigon, O. Berlim, 1960.

BORDÉÜS, R. *Aristote – Catégories*. Les Belles Lettres, Paris, 2002.

BRUNSCHWIG, J. *Les Topiques*, I-IV. Les Belles Lettres, Paris, 1967.

JAEGER, W. *Metaphysica*. Clarendon Press, Oxford, 1957.

MIGNUCCI, M. *Aristotele - Gli Analitici Primi*. Ed. Luigi Loffredo, Napoli, 1969.

MINIO-PALUELLO, L. *Aristotelis Categoriae et Liber de Interpretatione*. Oxford University Press, Oxford, 1949.

_____. *Aristotelis Analytica Priora et Posteriora*. Oxford University Press, Oxford, 1964.

ROSS, D. *Aristotle's Metaphysics – A revised text with Introduction and Commentary* (2 Vols.). Clarendon Press, Oxford, 1997.

_____. *Aristotle's Prior and Posterior Analytics*. Clarendon Press, 1949.

_____. *Topica et sophisticorum elenchi*. Clarendon Press, Oxford, 1958.

TRICOT, J. *Catégories et De l'Interprétation*. Vrin, Paris, 1997.

_____. *La Métaphysique* (2 Vols) Vrin, Paris, 1991.

YEBRA, V. *Metafísica de Aristóteles*. Gredos, Madrid, 1998.

Literatura secundária

ANGIONI, L. *Princípio de não-contradição e semântica da predicação em Aristóteles*.

Eem: *Analytica*, Vol. 4, nº 2, 1999.

- APHRODISIAS, Alexandri. *In Aristotelis Analyticorum Priorum Librum I Commentarium. Commentaria in Aristotelem Graeca.* Hayduck, M., Vol. I, P.2 Berlim, 1883.
- AQUINAS, St.T. *In duodecim libros Metaphysicorum Aristotelis Expositio.* Cathala, M. a cura de Spiazzi, M. Marietti, Roma, 1950.
- AUBENQUE, P. (ed) *Concepts et Catégories dans la Pensée Antique.* Vrin, Paris, 1980.
- BÄCK, A. *Aristotle's Theory of Predication.* Brill, Leiden, 2000.
- CAUJOLLE-ZASLAWSKY, F. *Les Relatifs dans les Catégories.* em: Aubenque, P. (ed) *Concepts et Catégories dans la Pensée Antique.* Vrin, Paris, 1980.
- CORCORAN, J. (ed.) *Ancient Logic and Its Modern Interpretations.* Reidel Publ. Co., Holland, 1974.
- CRIVELLI, P. *Aristotle on Truth.* Cambridge University Press, 2004
- _____. *Indefinite Propositions and Anaphora in Stoic Logic.* em: *Phronesis*, XXXIX, nº2, 1994.
- KIRWAN, C. *Aristotle's Metaphysics – Books G, D, and E.* Clarendon Press, Oxford, 2003.
- FOLLON, J. (ed.) *Études Aristotéliennes.* Louvain-la-Neuve: Institut Supérieur de philosophie, 1984.
- GARVER, N. *Notes for a Linguistic Reading of the Categories.* em: Corcoran, J. (ed.) *Ancient Logic and Its Modern Interpretations.*
- GOTTLIEB, P. *Aristotle versus Protagoras on Relatives and the Objects of Perception.* in: *Oxford Studies in Ancient Philosophy*, XI, Oxford University Press, 1993.
- HOOD, P. *Aristotle on the Category of Relation.* University Press of America, 2004.
- LUKASIEWICZ, J. *Aristotle's Syllogistic from the Standpoint of Modern Formal Logic.* Oxford, 1957.
- MANSION, S. *La doctrine aristotélienne de la substance et le Traité des Catégories.* em: Follon, J. (ed.) *Études Aristotéliennes.*
- MATTHEN, M. *Plato's Treatment of Relational Statements in the Phaedo.* em: *Phronesis*, Vol. XXVII, nº 1, 1982.
- _____. *The Categories and Aristotle's Ontology.* Eem: *Dialogue*, Vol. 17, nº 2, 1978.
- McPHERRAN, M. *Matthen on Castañeda and Plato's Treatment of Relational Statement in the Phaedo.*
- MIGNUCCI, M. *Aristotle's Definitions of Relatives in Cat. 7.* em: *Phronesis*, XXXI, nº 2, 1986.

MORALES, F. "Relational Attributes in Aristotle". em: *Phronesis*. Vol. XXXIX, nº 3 – 1994.

PÄTZIG, G., *Aristotle's Theory of Syllogism – A Logico-philological study of Book A of the Prior Analytics*. Trad.: Barnes, J. Reidel Pub. Company, Holland, 1963.

SCHEIBE, E. *Über Relativbegriffe in der Philosophie Platons*. em: *Phronesis*, Vol. XII, nº 1, 1967.

SHIELDS, C. *Order in Multiplicity – Homonymy in the Philosophy of Aristotle*. Clarendon Press, Oxford, 2007.

_____. *Um problema a respeito de substância e relativo em Aristóteles*. em: *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, Série 3, Vol. 13, nº 2. Campinas, 2003.

SMITH, R. *Aristotle's Prior Analytics*. Hackett Publishing Company, Indianapolis, 1989.

ZINGANO, M. *Razão e sensação em Aristóteles*. L&PM, Porto Alegre, 1998.